

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Escola de Administração
Programa de Especialização em Administração - PNAB/UAB
Especialização em Gestão Pública

Trabalho de Conclusão de Curso

PROPOSTA DE INDICADOR DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Álison Martinelli Michels

Porto Alegre - RS

Mai de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Escola de Administração
Programa de Especialização em Administração - PNAB/UAB
Especialização em Gestão Pública

Trabalho de Conclusão de Curso

PROPOSTA DE INDICADOR DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Álison Martinelli Michels
Prof. Orientador André Luis Martinewski

Porto Alegre - RS
Maio de 2015

RESUMO

Educação Financeira é a disciplina que capacita o indivíduo a tomar melhores decisões financeiras em benefício próprio - no planejamento financeiro; no acúmulo de poupança; nos momentos de realização do consumo; na eventualidade da tomada de crédito; na utilização de instrumentos de seguro; na construção e preservação de seu patrimônio através da realização de investimentos ou na exigência de seus direitos e conhecimento de seus deveres. Ciente das virtudes desta disciplina, o Governo brasileiro criou em 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira com vistas a promover a Educação Financeira no Brasil. Entre as suas primeiras ações, constava a identificação das iniciativas de Educação Financeira já instaladas e em operação; bem como a necessidade de desenvolver forma de medir o nível de conhecimento e comportamento da população, e a eficiência destas iniciativas em transmitir os conceitos do tema ao seu público. Ao inserir-se neste contexto, este trabalho busca propor a construção de Indicador de Educação Financeira, com base na realização de questionários junto aos públicos de interesse. O trabalho está assim dividido: capítulo 1 apresenta os principais conceitos correntes de Educação Financeira, sua contextualização e a justificativa deste trabalho; capítulo 2 discute o estado da arte através da revisão de artigos sobre o tema e as principais conclusões dos autores; capítulo 3 apresenta o método para aquisição dos dados primários; no capítulo 4 são discutidos os resultados, parcialmente em concordância com as conclusões dos autores internacionais - o capítulo 5 realiza o fechamento do trabalho e sugere as próximas ações.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Índice Geral de Educação Financeira, por tema	25
Figura 2 - Índice de Conhecimentos de Educação Financeira	26
Figura 3 - Índice de Comportamento de Educação Financeira	27
Figura 4 - Indicadores de Educação Financeira: Homens x Mulheres	28
Figura 5 - Índice Geral de Educação Financeira, por faixa de renda	29
Figura 6 - Indicadores de Educação Financeira: Funcionários Públicos x Privados ..	29
Figura 7 - Indicadores de Educação Financeira: Casados x Solteiros	30

SUMÁRIO

Resumo	3
Lista de Figuras	4
Sumário	5
1 Introdução	6
1.1 Definição do Problema	6
1.2 Justificativa	11
1.3 Objetivos	12
1.3.1 Objetivo Geral	12
1.3.2 Objetivos Específicos	13
2 Revisão Teórica	13
3 Método	22
4 Apresentação e Discussão dos Resultados	24
5 Conclusões / Considerações Finais	31
6 Referência Bibliográfica.....	33
APÊNDICE A - Questionário	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, educação financeira é

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver as competências e os valores necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OECD, 2005, p. 4).

Esta é uma definição extensa, que engloba tanto o ato de educar em finanças, quanto o conhecimento adquirido através deste ato. Se no Brasil isto faz sentido, onde o termo "educação financeira" é utilizado com ambas conotações, no exterior não ocorre desta forma. A distinção é particularmente contundente na língua inglesa, onde são utilizados os termos *financial education* e *financial literacy* - o primeiro denominando o ato de ensinar, o segundo o conhecimento adquirido. Para este segundo, as definições apresentam algumas variações de texto.

Segundo Noctor, Stoney e Stradling (1992, p. 4), *financial literacy* é "a habilidade de realizar julgamentos conscientes e tomar decisões efetivas relacionadas ao uso e à administração do dinheiro." Já para Vitt (2000, p. 15), a definição mais adequada é "a habilidade em obter, analisar, administrar e comunicar sobre a situação das finanças pessoais do indivíduo e como ela afeta o seu bem-estar material." Definição mais simples é dada por Mandell (2006, p. 3), onde *financial literacy* "é aquilo que a pessoa deve conhecer para realizar importantes decisões financeiras em seu melhor interesse" - ainda que não defina, com exatidão, que decisões importantes seriam estas. A iniciativa Jump Start Coalition (2007) acrescenta ainda que "é a habilidade em utilizar conhecimentos financeiros e a perícia necessária para a administração eficaz dos recursos financeiros com o objetivo de lograr bem-estar permanente." Colocado de forma mais elegante por

Goel (2013, p. 338), se finanças fosse uma língua, então a habilidade de ler, escrever e compreender essa linguagem poderia ser denominada como *financial literacy*. A própria OECD parece ter percebido a necessidade de diferenciar *financial literacy* e *financial education*, já que definiu a primeira como "conhecimento e compreensão de conceitos financeiros, e as habilidades, motivação e confiança para aplicar tal conhecimento e compreensão de maneira a realizar decisões eficazes ao longo de uma gama de situações financeiras, para aprimorar o bem-estar financeiro de indivíduos e sociedade, e para permitir a participação na vida econômica" (OECD PISA, 2012, p. 13).

Ainda que apresentem redações distintas, o âmago destas definições de *financial literacy* são muito próximos - é o conhecimento que capacita o indivíduo a tratar de sua vida financeira. Muito embora a importância de tal conjunto de conhecimentos deva ser, em certa medida, auto evidente à qualquer pessoa no complexo mundo financeiro atual, cabe neste espaço uma análise pontual.

Uma pesquisa rápida na internet mostra como o tema orçamento doméstico está na moda neste início de 2015 - seja pela alta recente da inflação (O DIA, 2015), seja pela perspectiva de um cenário econômico ruim (DANA, 2015), ou seja pela popularidade de aplicativos eletrônicos para telefone celulares (RONDONIA DIRETA, 2015). Em comum, os discursos sobre a necessidade de planejamento, de se gastar menos do que se ganha, realizando a cuidadosa anotação de receitas e despesas; e da contenção de gastos, como medida preparatória a possíveis reduções no poder de compra, sem que se incorra em endividamento indevido.

Intimamente relacionada ao ato de planejamento, e consequência deste, o hábito de poupar habilita o indivíduo para a realização do consumo futuro ou, igualmente importante, lhe provê segurança econômica, ao criar uma reserva financeira para momentos imprevistos. Nas palavras do atual Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, "poupança individual é importante para garantir bem-estar no futuro, é parte da educação financeira, um complemento fundamental às ações do governo para garantir sustentabilidade previdenciária e compatibilidade com o equilíbrio fiscal" (JORNAL DE HOJE, 2015). Relevante apontar, ainda, o papel da poupança interna como motriz dos investimentos, como argumentado pelo economista Affonso Celso Pastore, em seu debate com Luiz Carlos Bresser Perreira n'O Estado de S.

Paulo (PASTORE, 2010) - sem a existência de uma sólida poupança interna, o país acaba recorrendo à poupança externa e, portanto, incorrendo em déficits de conta corrente no futuro.

A crise hídrica recente no estado de São Paulo (G1 SÃO PAULO, 2015) e a consequente elevação do preço da energia elétrica em decorrência do acionamento das termelétricas (AGÊNCIA O GLOBO, 2015), suscitou uma série de campanhas com vistas à promover o consumo consciente por parte da população - ou seja, consumir apenas o estritamente necessário, evitando o desperdício. Esta é uma particularização de movimentos e campanhas mais antigos, cujo objetivo é promover o consumo consciente de qualquer produto ou serviço disponível ao consumidor. Como foco, a necessidade de diferenciar 'querer' de 'precisar' (GURUPI TO, 2015); e a adequação ao nível de renda - "o consumo consciente é o primeiro passo para não se endividar, ou seja, comprar apenas o necessário" (AGRODEBATE, 2015). Presentes especialmente em datas comemorativas, a proximidade da páscoa, por exemplo, incentiva a redação de reportagens sobre as estratégias de marketing utilizadas pelos vendedores e, conseqüentemente, o consumo equilibrado pelo cidadão (FOLHA VITÓRIA, 2015). Recorrente, ainda, no discurso do consumo consciente é a necessidade da comparação de preços e da busca pelas melhores formas de pagamento.

Entre as medidas anticíclicas adotadas pelo governo para combater os efeitos da crise internacional de 2008 destaca-se o fortalecimento de consumo interno através da expansão do mercado de crédito (BCB, 2009). Ainda que estas medidas tenham sido consideradas positivas para a economia no período pós-crise, fato é que o número total de famílias endividadas vem crescendo ano à ano (CNC, 2013) e (CNC, 2014), chegando à 59,6% em 2015. Por sua vez, o número de famílias que declararam não ter condições de pagar suas despesas e dívidas é de 6,2% do total - situação esta considerada de vulnerabilidade econômica (CNC, 2014). Argumenta-se, então, que o conhecimento dos diversos mecanismos e taxas praticadas no mercado permitiriam decisão mais consciente por parte do consumidor na tomada do crédito, evitando assim, possivelmente, dificuldades como estas.

Toda regulamentação promovida pelo Estado carece de controle externo para que seja, de fato, efetiva. Para exercer este controle, é necessário que o cidadão

consumidor seja conhecedor de seus direitos, bem como dos mecanismos que lhes permitam exigí-los - caso especial da internet e redes sociais, segundo avaliação de (DM, 2015). Contudo, a variedade e complexidade crescentes dos instrumentos financeiros em decorrência das inovações constantes do mercado defasam a ação da regulação promovida pelo Estado, de tal forma que a observância e conhecimento das características dos produtos pelos consumidores, bem como dos seus direitos e deveres como consumidores, é essencial para a escolha correta dos produtos e serviços que melhor se adaptam às suas necessidades.

Como resultado das atividades de planejamento e poupança, ocorre o acúmulo, ou geração, de patrimônio. Preservar esse patrimônio contra a exposição a riscos é o objetivo dos diversos instrumentos de seguros. Lembrados pelos consumidores geralmente quando relacionados aos automóveis, podem variar em espécie e objeto coberto, obrigatórios ou não, individuais ou coletivos, etc. Constituem, portanto, em grande diversidade de instrumentos, novamente impondo ao consumidor que seja conhecedor de cada particularidade para que realize as escolhas que melhor se adéquam à sua vida.

Ainda como resultado de planejamento e poupança, e tipo especial de patrimônio, tem-se a previdência. É necessário fazer distinção entre Previdência Social e Previdência Complementar - a primeira é "o seguro que garante a renda do contribuinte em situações diversas como doenças, acidentes, gravidez, prisão, morte e velhice. Refere-se ao benefício pago pelo INSS, em que todos os trabalhadores formais brasileiros recolhem, diretamente ou por meio de seus empregadores, contribuições previdenciárias obrigatórias" (AEF BRASIL). Por sua vez, a Previdência Complementar é o instrumento financeiro que, como o próprio nome explicita, corre como um complemento à previdência obrigatória - é, portanto, uma escolha pessoal do consumidor. Isto implica, portanto, duas capacidades distintas por parte do cidadão: a consciência de que a previdência complementar é necessária e que deve ocorrer desde o início da vida profissional; e o conhecimento necessário para compreender os diversos instrumentos de previdência complementar, sua forma de tributação, como são aplicados os recursos, etc. Relevante apontar que os benefícios de uma população propensa a poupar para previdência é uma população menos dependente do governo no futuro - em linha com as recentes e prováveis alterações da Previdência Social (O DIA, 2015)

Por fim, a oportunidade de investimento do capital poupado exige que o cidadão adquira ampla variedade de conhecimentos, não apenas de ativos financeiros, mas também sobre o funcionamento da economia, de tal forma que lhe seja possível a análise de cenários e a seleção de ativos alinhados com seus objetivos e perfil de risco. É comum que empresas de investimento atuem como intermediárias das negociações de seus clientes, cabendo a estes a responsabilidade pela decisão de aporte financeiro e compra dos ativos - estas condições são estabelecidas em termos e declarações que o cliente assina em momento anterior à compra do ativo. Carregam estes termos e declarações as informações sobre o tipo do ativo, sua forma de tributação e, principalmente, seu risco de mercado. Ocorre que a comunicação efetiva de determinada informação envolve, além da qualidade da informação emitida, a capacidade de audição e compreensão da informação recebida. Ou seja, não basta ao falante comunicar com clareza a informação correta, também é necessário que o receptor seja capaz de compreender a informação, discernindo se ela lhe é útil ou não. Fica claro, portanto, que somente estará plenamente ciente das características do produto de investimento aquela pessoa que possuir conhecimento adequado para compreender o linguajar técnico apresentado nos termos e declarações. Sem este conhecimento, a assinatura de tais documentos constituem-se em mera pró-forma. Não basta, portanto, que o Estado regule individualmente a qualidade desta informação, é necessário que as pessoas estejam preparadas para recebê-las, sendo capazes de reconhecer sua importância e significado, destacando pontos relevantes e descartando os demais. Se o ouvinte não está preparado, mais informação nem sempre significará melhor informação.

Dada a recente ascensão de parcela significativa da população brasileira à classe média (IBGE, 2012) e o maior acesso destas pessoas a instrumentos financeiros diversos; bem como o aumento de suas possibilidades de consumo; torna-se necessário ao Estado promover a educação financeira, com vistas a despertar na população o hábito de tomar decisões de planejamento, poupança, consumo, tomada de crédito e realização de investimentos que proporcionem uma vida financeira mais sustentável para si e para o país; de tal maneira, ainda, que elas possam exercer o controle externo necessário em complemento às ações de regulação que cabem ao Estado.

Não basta, contudo, promover a educação financeira. É preciso identificar os pontos onde ela é mais necessária, e de que forma melhor sensibiliza o público à que se destina. Responder a estas questões é o objeto de pesquisa deste trabalho.

1.2 JUSTIFICATIVA

Em 2013, a OECD, apresentou seu relatório *Advancing National Strategies for Financial Education* (OECD, 2013). Nele, expôs o contexto que levou à criação, em diversos países do mundo, de estratégias nacionais pela educação financeira - especialmente como resposta ao cenário econômico pós-crise de 2008, onde foram empregadas como política pública isolada ou em conjunto com ações de proteção aos consumidores. Este trabalho resultou de uma longa série de recomendações conduzidas pela própria OECD e também através do seu grupo especial *International Network on Financial Education* (INFE), acerca de temas específicos de educação financeira (especialmente previdência, seguros e crédito), culminando então no documento *High-level Principles on the Evaluation of Financial Education Programmes and dedicated Guides on Evaluation* (OECD, 2012). Este documento se propõe a apresentar opções de políticas e orientação internacional não obrigatória para a construção de estratégias nacionais de educação financeira. Ainda segundo este documento, tais esforços nacionais e recomendações são justificados por:

[...] As the amount of attention and resources spent on financial education has increased so has the importance of ensuring the efficiency and relevance of these programmes and their long term impact. In this respect, the establishment of co-ordinated and tailored strategies at national level has been widely considered to be one of the best means to achieve these efficiency goals while avoiding duplication of resources and efforts. However such national endeavors have often proved to be challenging due to limited long-term commitment from concerned stakeholders, difficult co-operation between them, competing interests and mandates, lack of financial and in-kind resources and other implementation issues (OECD, 2012, p. 3).

Segundo OECD (2013, p. 6), no momento em que fora publicado, alguns países já contavam com estratégias nacionais de educação financeira. São eles: Austrália, Brasil, Japão, Holanda, Singapura, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. Outros já estavam em estado avançado, notadamente Canadá,

Índia, Indonésia, Coréia, México, Rússia e Turquia. Adicionalmente, Argentina, China, França, Itália e Arábia Saudita já possuíam iniciativas de educação financeira de porte relevante que justificassem a elaboração de estratégias de nível nacional.

Ocorre que, como apontado corretamente em OECD (2013, p. 18), o Brasil foi um dos países pioneiros na implantação de uma estratégia nacional. Aos vinte e dois dias de dezembro de 2010, o Presidente da República instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com a "finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores" (BRASIL, 2010).

Entre as primeiras ações da ENEF, e em acordo com as recomendações constantes em OECD (2012, p. 9), consta o Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, cujo objetivo é "conhecer com maior abrangência e profundidade o cenário de educação financeira no Brasil", de forma que seus dados possam promover "reflexões sobre os desafios e as oportunidades da área no país" (AEF-BRASIL, 2014, p. 3). O relatório de 2013 aponta 803 iniciativas em educação financeira no Brasil, com grande diversidade de público, abordagem e instituições promotoras. Entre as oportunidades apontadas neste relatório consta "a criação de indicadores para mensurar resultados das iniciativas, visando estimular o apoio aos projetos e à sua melhoria continuada" (AEF-BRASIL, 2014, p. 5) - item este em acordo com o passo seguinte recomendado por OECD (2012, p. 10), após a realização do mapeamento a nível nacional.

Justifica-se desta forma a necessidade de criação de ferramental capaz de realizar a medição dos pontos de maior carência de ações de educação financeira; bem como dos resultados obtidos pelas iniciativas e programas existentes.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Propor indicador com vistas a balizar a avaliação dos resultados das iniciativas e programas brasileiros de educação financeira.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as áreas da educação financeira de maior relevância ao público brasileiro - entre poupança, investimento, crédito, consumo, seguros, direitos e deveres, previdência e planejamento;
- identificar forma de avaliar o nível de educação em cada uma destas áreas;
- construir indicador capaz de medir nível de educação financeira.

2 REVISÃO TEÓRICA

Por estar em discussão já há alguns anos, há razoável quantidade de trabalhos envolvendo a medição do nível de educação financeira de populações - por vezes específicas, como alunos de determinada universidade, por vezes mais abrangentes, como população de determinado país. A seguir são analisadas algumas iniciativas e conclusões dos pesquisadores.

Lusardi e Mitchell (2014) apresentam questionário minimalista, de apenas três questões. As autoras argumentam que estas questões propostas abarcam um conjunto básico de conceitos relacionados à educação financeira - à saber: capacidade de cálculo de juros; compreensão do conceito de inflação; e compreensão dos benefícios de diversificação de risco. Estas questões foram propostas tendo como critérios a relevância para o tema - necessariamente relacionadas a conceitos genéricos de educação financeira; simplicidade; brevidade - especialmente quanto à quantidade de questões propostas no questionário; e capacidade de diferenciação entre os conceitos relacionados às questões. As autoras reconhecem que qualquer medição de educação financeira é apenas uma aproximação dos conhecimentos que os indivíduos devem possuir com vistas a otimizar o seu comportamento em momentos de tomada de decisão, de tal forma que não seria possível medir verdadeira carga de conhecimento financeiro. O questionário foi aplicado pela primeira vez em 2004, nos EUA, em uma população com 50 anos ou mais de idade. Entre os respondentes, somente 34,3% acertaram as três questões - segundo entendimento das autoras, o fraco desempenho não é condizente com o fato desta população ter experimentado períodos de alta inflação e quedas significativas da bolsa. Ao acrescentar questão relativa à medição da

percepção do próprio conhecimento pelos respondentes em outras pesquisas, constatou-se ainda que as pessoas, em geral, não estão cientes de seu baixo nível de educação financeira. Observou-se, ainda, que a alteração da escrita de algumas questões produz resultados diferentes, de tal forma que se poderia atribuir parte dos resultados à sorte. A segregação dos resultados por sexo mostrou que os homens, em geral, têm maior nível de educação financeira que as mulheres; e que o nível educacional está correlacionado com o nível de educação financeira. Não foi detectado um padrão que relacione o nível de educação financeira à idade - os valores variam de país para país, provavelmente em função da história particular de cada região.

Às três questões originais propostas por Lusardi e Mitchel (2014) foram acrescentadas outras duas, com o objetivo de medir conhecimento sobre relação de títulos públicos e taxa básica de juros; e conhecimento relacionado a financiamento imobiliário (BUMCROT, LIN e LUSARDI, 2011). As questões fizeram parte, então, da pesquisa *National Financial Capability Study*, realizada nos EUA. Os resultados confirmam as conclusões anteriores de Lusardi e Mitchel (2014) sobre homens, em geral, terem maior nível de educação financeira que as mulheres; e que quanto maior o nível de escolaridade maior o nível de educação financeira. Apontaram, ainda, que o nível de educação financeira entre respondentes autodeclarados brancos é significativamente maior que o nível de educação daqueles autodeclarados negros ou hispânicos. Os autores concluíram, ainda, que parte das diferenças entre os níveis de educação financeira dos estados americanos deve-se às características demográficas e econômicas entre estes estados, reforçando as constatações de Lusardi e Mitchel (2014).

Ainda com base nas três questões originais propostas por Lusardi e Mitchel (2014), Rooji, Alessie e Lusardi (2007) elaboraram dezesseis questões, divididas em nível básico e avançado em educação financeira, com vistas a integrar a pesquisa *DNB Household Survey* de 2005 - a DHS é uma pesquisa anual a domicílios, realizada na Holanda, que tem por objetivo reunir informações acerca de características demográficas e econômicas, especialmente a cerca de poupança e bem estar financeiro. A escolha pela participação nesta pesquisa deve-se ao fato, segundo os autores, dela ser conduzida unicamente através da internet - citam como justificativa o menor viés introduzido nestas pesquisas que aquelas conduzidas via

entrevistas por telefone. As cinco questões básicas referem-se ao cálculo de taxas de juros, efeitos de inflação, e diferença entre juros reais e nominais. As questões avançadas, por sua vez, referem-se principalmente a questões relacionadas a investimentos, como diferença entre ações e títulos públicos, a influência da taxa básica de juros, a função do mercado de ações, e os benefícios da diversificação do risco. Parte da pesquisa foi conduzida com diferentes formas de escrita das frases, o que resultou em dados significativamente distintos, levando os autores a concluir que, com frequência, os respondentes não compreendem completamente aquilo que lhes é perguntado, e que seu acerto é ocasionado pelo acaso, e não por conhecimento próprio - de maneira semelhante à conclusão de Lusardi e Mitchell (2014). Seguindo a proposta de dois questionários distintos, os autores utilizaram dois índices igualmente distintos em sua análise das características demográficas. Constataram que ambos os indicadores se elevam com o nível educacional formal. Constataram, ainda, que o nível de educação financeira é maior entre a faixa etária de 40 a 60 anos que nos demais anos - isto deve-se, alegam, à disponibilidade de recursos e à participação mais ativa no mercado financeiro desta faixa etária. Os homens, assim como apontaram outras pesquisas, apresentam maior nível de educação financeira que as mulheres. Os autores compararam, ainda, estes índices com os valores alegados pelos respondentes - constataram que em ambos os casos existe correlação positiva, de tal forma que os respondentes podem ser considerados conhecedores do seu nível de educação financeira - o que contraria pesquisa semelhante, de Lusardi e Mitchels (2014).

Em 2013, a organização inglesa Money Advice Service conduziu pesquisa com cinco mil adultos da Inglaterra, para a qual elaborou questionário extenso e detalhado sobre comportamento dos respondentes e sua relação com o dinheiro (THE MONEY ADVICE SERVICES, 2013). O método escolhido para aplicação do questionário foi a pesquisa online, dado o número elevado de questões e, mais importante, a possibilidade de utilização de recursos multimídia; eliminação de possível inibição do respondente a revelar informações por ocasião da presença de um entrevistador em um pesquisa pessoal; e baixo custo de aplicação. O desenho das questões foi baseado numa pesquisa anterior, de 2006, e passou por mais de uma etapa, com a realização de pilotos, que destacaram a importância de tornar o linguajar mais próximo do público; de realizar associação com atividades do

cotidiano; de eliminar questões tendenciosas; e intercalar os tipos de questões, especialmente aquelas de cunho pessoal, já que a utilização de bloco único provocava estresse nos respondentes. Como a intenção da organização era medir o comportamento e a relação com o dinheiro, as questões não estão relacionadas diretamente com conhecimentos financeiros. Ainda que questões demográficas façam parte das questões introdutórias, não são apresentadas no relatório as relações entre elas e as questões de comportamento.

Também em 2013, pesquisa conduzida por Romasawmy, Thapermall, Dowlut e Ramen (2013) utilizou questionário para medir o nível de educação financeira de estudantes formandos do curso de administração da Universidade da Maurícia, em Maurícia. O objetivo dos pesquisadores era analisar quatro aspectos principais - a existência de relação entre sexo dos respondentes e educação financeira; relação entre educação financeira e idade, ocupação, e objeto de estudo; possíveis causas para falta de educação financeira e como corrigir eventuais discrepâncias. O questionário não é apresentado no artigo, porém é informado que foram utilizadas escalas de Likert em todas as questões - entende-se, portanto, que a medição envolveu concordância ou não dos respondentes com afirmações apontadas no questionário, sem que tenha ocorrido medição de conhecimento através de questões objetivas. Segundo os autores, o nível de educação financeira encontrado foi considerado bom, sem que tenha sido detectada qualquer relação de educação financeira com os indicadores demográficos - contrariando, portanto, outras pesquisas na área.

Chen e Volpe (1998) apresentam questionário elaborado para medir os principais aspectos de finanças pessoais, dividido em quatro temas - a saber, conhecimento geral, poupança, crédito, seguros e investimentos. O questionário totaliza 52 perguntas; sendo 36 relacionadas a conhecimento, 8 a comportamento e 8 a dados demográficos. Após a realização de teste piloto, o questionário foi aplicado a estudantes universitários dos EUA que, de acordo com o resultado, foram divididos em três subgrupos: mais que 80% das respostas certas; entre 60% e 79% de respostas certas; menos de 60% de respostas certas - perfazendo, assim, os níveis alto, médio e baixo em educação financeira. De forma geral, os autores julgaram o nível médio dos estudantes em educação financeira como inadequado; segundo sua interpretação dos dados, isso deve-se à baixa idade dos respondentes,

uma vez que muitos não têm familiaridade com parte dos temas abordados na pesquisa - o que explicaria, por exemplo, o melhor desempenho em conhecimentos gerais e poupança do que em investimento. Os melhores níveis de educação financeira foram apresentados por respondentes mais velhos; com maior renda; homens; e com maior tempo de experiência profissional. Entre os subgrupos raciais, os autodeclarados hispânicos apresentaram melhor desempenho que os autodeclarados brancos, contrariando o resultado encontrado por Bumcrot, Lin e Lusardi (2011).

O mesmo questionário foi aplicado, mais tarde, por Nayebzadeh, Taft e Sadrabadi (2013) a professores universitários do Irã - em seu artigo, não foram especificadas a universidade ou a especialidade destes professores. Entre as conclusões dos autores estão a correlação positiva entre idade e educação financeira; homens possuem maior nível de educação financeira que mulheres; indivíduos casados terem maior nível de educação financeira que indivíduos solteiros.

Proposto em 2013 pelas organizações DEFINIT, OJK e SEADI, o índice de educação financeira da Indonésia é dividido em duas subcategorias - conhecimentos básicos e conhecimentos avançados (DEFINIT; OJK; SEADI, 2013). O primeiro abarca conhecimentos sobre instrumentos financeiros básicos (quantia mínima para abrir uma conta poupança e garantias dadas pelo governo); cálculo de taxas de juros; e conceitos como inflação, desconto e valor do dinheiro no tempo. O segundo engloba principalmente conceitos de investimentos, como negociação de títulos públicos e ações; a função dos mercados acionários; e os benefícios da diversificação - em grande parte semelhante à proposta de Rooji, Alessie e Lusardi (2007). Aplicado como projeto piloto, teve por objetivo identificar o perfil demográfico dos respondentes em cada nível do índice, de tal forma que fosse possível propor políticas públicas direcionais, tanto quanto a informação a ser veiculada quanto ao meio a ser utilizado - desta forma, por exemplo, informações sobre conhecimentos básicos de educação financeira deveriam ser veiculados em formatos populares de mídia, como programas de TV relacionados a entretenimento e vida de celebridades. De forma geral, o projeto piloto ratifica informações já encontradas em outras pesquisas: quanto maior o nível de renda e educação, maior o nível de educação

financeira e que homens geralmente possuem maior conhecimento em educação financeira que mulheres.

Gupta e Negi (2014) desenharam questionário de 21 questões acerca de instrumentos financeiros de investimento para medir o nível de educação financeira de cidadãos de Shimla, na Índia. A estas questões juntaram-se outras 7 com o intuito de fazer a análise demográfica dos respondentes. Assim como outros trabalhos já apresentados, este passou por um beta teste e correções. Segundo os autores, os dados apresentam que homens possuem melhor nível de educação financeira que as mulheres. Também possuem melhor nível de educação financeira os funcionários do setor público e privado, em comparação com agricultores e empresários; e os mais graduados em comparação com os menos graduados. Os autores não observaram relação entre a idade dos respondentes, seu estado civil ou tamanho das famílias no nível educação financeira. Especialmente sobre as diferenças entre homens e mulheres, uma das possíveis explicações apontada pelos autores é que o poder de decisão no núcleo das famílias reside nas mãos dos homens.

Entre os estudos mais citados na área, está o artigo de Atkinson e Messy (2012). As autoras propõe a utilização de três índices distintos - um de conhecimento financeiro, outro de comportamento financeiro e outro de atitudes financeiras. O primeiro é baseado em oito questões acerca de conhecimentos básicos e avançados em conhecimento financeira - tais como cálculos matemáticos simples, valor do dinheiro ao longo do tempo, cálculo de taxa de juros, juros compostos, relação entre risco e retorno, definição de inflação e benefícios de diversificação de ativos. Às respostas corretas são atribuídos valores 'um' e às erradas valores 'zero' - o índice é, então, calculado pela soma destes valores. O segundo índice, baseado em comportamento, envolve igualmente oito questões, que variam em aplicação entre escalas Likert, questões objetivas e questões de múltipla escolha. Medem características como hábito de compras, pagamentos das contas em dia, hábito de manter controle sobre as finanças, estabelecimento de objetivos de longo prazo, formação de poupança e tomada de crédito. Parte das respostas recebem valores 'um' e parte valores 'zero', a depender da posição na escala Likert ou consideração como corretas nas questões objetivas ou de múltipla escolha. A forma exata das questões não é apresentada no artigo. O terceiro questionário, de

atitudes, é baseado em três questões do tipo escala Likert - elas tem por objetivo medir a relação dos respondentes com o dinheiro; se tende a ser de curto ou longo prazo. O índice desta categoria corresponde à média das respostas às três perguntas.

Parte significativa da análise das autoras dá-se na comparação entre os quatorze países sob estudo, especialmente quanto a estratificação dos respondentes em níveis de educação financeira. As diferenças são significativas, com Alemanha e Hungria apresentando desempenho significativamente melhor que Armênia, África do Sul e Polônia - chama a atenção a discrepância de posições entre este último e o primeiro país, dada a sua proximidade geográfica. As autoras avançam, então, para a análise dos indicadores em relação aos fatores sociodemográficos - sexo, idade, nível de educação e nível de renda. A exceção de um país, em todos os casos as mulheres apresentaram menor conhecimento em educação financeira que os homens - os indicadores de comportamento e atitude, contudo, não apresentam discrepância semelhante; o que resulta num indicador composto próximo entre homens e mulheres, com vantagem para os primeiros. Em acordo com os dados de Lusardi e Mitchell (2014), as autoras encontraram maiores níveis de educação financeira entre a população de 30 a 60 anos de idade. Para todos os países sob análise, os respondentes de maior renda e maior nível de educação obtiveram os maiores níveis de educação financeira.

Desenvolvido em 2012 a partir de um trabalho acadêmico, o Indicador de Educação Financeira (IndEF) é hoje divulgado pela parceria entre as empresas Serasa Consumidor e IBOPE Inteligência. O IndEF é baseado na aplicação de questionários com questões de múltipla escolha acerca do tema de educação financeira e perguntas que apontam o perfil sociodemográfico da população brasileira. As questões alvo são divididas em três subgrupos; atitude, conhecimento e comportamento, e possuem pesos diferentes entre si - o segundo "avalia como o entrevistado enxerga a sua relação com o dinheiro" e o terceiro "mede as ações do entrevistado no seu dia a dia" (SERASA CONSUMIDOR, IBOPE INTELIGÊNCIA, 2014, p. 4).. São apresentados três subíndices - um para cada categoria de perguntas - e um índice total ponderado; todos variam de 0 a 10. Entre as conclusões apresentadas no relatório, destacam-se: os indicadores não apresentaram variação significativa entre os anos de 2013 e 2014; homens e

mulheres apresentam níveis semelhantes de educação financeira; o nível de educação financeira se eleva com a elevação da faixa etária; e o nível de educação financeira se eleva com o aumento dos anos de estudo (SERASA CONSUMIDOR, IBOPE INTELIGÊNCIA, 2014, p. 6). Ainda que o questionário não seja divulgado no relatório, parte das questões parecem ser abordadas no sítio eletrônico do Serasa Consumidor (SERASA EXPERIAN, 2015).

A OECD apresentou em 2011 um guia para elaboração e utilização de questionários para medir o nível de educação financeira de determinada população (OECD INFE, 2011). Entre os objetivos do documento estão possibilitar a medição inicial do nível de educação financeira dos países, criando base de informação para a execução de estratégias nacionais de educação financeira; a descrição do nível de educação financeira em termos de grupos sociodemográficos, com vistas a criar programas dedicados a grupos específicos; realizar a comparação do nível de educação financeira entre os países que aplicarem o questionário. O método de coleta de dados é a entrevista pessoal ou por telefone. Entre as perguntas sugeridas, estão aquelas de caráter sociodemográfico como sexo; estado civil; número de dependentes; nível de educação; e idade. As perguntas que medem a relação dos respondentes com o dinheiro envolvem aspectos como obtenção de informações relacionados ao mercado financeiro; elaboração de orçamento familiar; pagamento de despesas em dia; relação entre receitas e despesas; tomada de crédito; total de reservas; entre outras. Por sua vez, as perguntas relacionadas a conhecimento medem a realização de cálculos básicos; cálculo de taxas de juros; conceito de inflação; relação entre risco e retorno de ativos. A estas questões básicas, são sugeridas outras, suplementares, de igual natureza (OECD INFE, 2012). Não são apresentados resultados de testes piloto ou justificativas para a escolha das questões - ainda que muitas delas sejam semelhantes a outros trabalhos na área.

Outra iniciativa da OECD, o *Programme for International Student Assessment* (PISA), acrescentou ao seu teste básico, realizado junto a estudantes de 15 anos de idade, questões sobre conhecimentos em educação financeira. O questionário, de caráter mais complexo que os demais trabalhos do gênero, aborda o assunto em três tópicos principais - conteúdo, processo e contexto - e quatro subtópicos para cada um destes (OECD PISA, 2012). O tópico conteúdo, cujo propósito é medir os

conhecimentos na área de educação financeira, é dividido em dinheiro e transações; planejamento e administração financeira; risco e retorno e panorama financeiro. O segundo tópico, processo, tem por objetivo a medição dos processos cognitivos dos respondentes, sendo dividido em identificação de informação financeira; análise da informação no contexto financeiro; análise das necessidades financeiras e aplicação de conhecimento financeiro e compreensão. O tópico contexto, por sua vez, tem por objetivo avaliar o cenário onde são tomadas as decisões econômico-financeiras, e é dividido em educação e trabalho; lar e família; lazer e recreação; e comunidade e cidadania. Exemplos de questões relacionadas a cada um dos subtópicos são apresentadas. Os subtópicos são somados com base em pesos distintos, proporcionais à importância de cada um para o tópico principal - estes são, por sua vez, somados e resultam no índice geral. Este, por sua vez, é separado em seis níveis distintos. Segundo o resultado das pesquisas, 15% dos estudantes entrevistados obtiveram resultado inferior ao nível 2; e apenas 10% resultado acima do nível 5. Como a PISA questiona os estudantes também sobre matemática e línguas, foi possível observar que 75% da variação do nível de educação financeira é explicada por variações no desempenho em matemática e línguas.

Mandell (2006), único autor a abordar a medição de educação financeira e sua relação com cursos na área, argumenta não ter encontrado em suas pesquisas melhora no nível de educação financeira em população exposta a cursos de educação financeira - especialmente quando a segunda medição é realizada até um ano após sua conclusão. Argumenta, contudo, que observa-se um aumento da propensão a poupar do indivíduo - sugere, portanto, que cursos de educação financeira causam uma mudança de comportamento mas não de conhecimento. Coerente com esta hipótese é a interpretação de Mandell (2006, p. 8) dos dados do questionário da *Jump\$tart Survey of Financial Literacy*, de que não se verifica relação entre cursos de educação financeira e conhecimento relacionado a decisões recentes dos entrevistados. Isto contraria a defesa de cursos de educação financeira específicos para os momentos de necessidade, como por exemplo cursos sobre crédito no momento de tomada de crédito pessoal.

Foram apresentados, assim, diversos trabalhos que abordam a medição de educação financeira - dos mais simples aos mais sofisticados; das pesquisas locais às pesquisas mundiais; de variadas compreensões sobre o escopo e a forma de

realização das entrevistas. Entre as conclusões mais recorrentes, estão o maior nível de educação financeira dos homens em comparação às mulheres; e o aumento no nível de educação financeira com o aumento do nível de educação formal, nível de renda e idade.

3 MÉTODO

A pesquisa proposta neste trabalho tem caráter empírico, já que dedicada a codificar face mensurável da realidade - caso do nível de educação financeira da população; descritivo, uma vez que é empregada técnica de coleta de dados do tipo questionário; de campo, visto tratar diretamente com os objetos de estudos - as pessoas - através deste questionário; e quantitativo, pois traduz em números os dados colhidos junto aos respondentes.

Foi elaborado questionário de 39 questões - 7 de caráter sociodemográfico e 32 relacionadas à educação financeira. Estas 32 questões foram divididas entre os oito temas utilizados no sítio Vida e Dinheiro (2015) para classificar e distribuir as iniciativas de educação financeira no Brasil. Estes temas são:

- Consumo
- Crédito
- Direitos e Deveres
- Investimento
- Planejamento
- Poupança
- Previdência
- Seguros

A escolha por estes temas justifica-se pela facilidade que um indicador de educação financeira já subdividido proporcionaria aos avaliadores das iniciativas de educação financeira - bastaria, por exemplo, selecionar apenas as questões relacionadas aos temas abordados em determinado curso para realizar sua avaliação. Proporcionaria, também, facilidade em identificar quais as áreas mais carentes em uma determinada população quando aplicado integralmente; permitiria

assim, em teoria, a promoção de cursos específicos para solucionar estas deficiências.

As questões foram construídas de maneira que estivessem de acordo com os objetivos de identificar as áreas de educação financeira de maior relevância ao público brasileiro, e avaliar o nível de educação em cada uma destas áreas - na prática, isto significou a classificação das perguntas em dois tipos distintos, relacionadas a cada um dos oito temas: comportamento e conhecimento. Comportamento tem por objetivo medir a relação das pessoas com o dinheiro. Suas questões tratam das práticas correntes das pessoas - quanto poupam, como gastam e como estão se planejando para o futuro. Conhecimento, por sua vez, tem por objetivo medir o conhecimento sobre os principais conceitos e instrumentos financeiros. A escolha por esta divisão deve-se à recorrência com que ela foi utilizada nos trabalhos na área de educação financeira já citados - não foi feita aqui distinção entre comportamento e atitude, como por exemplo ocorre em Serasa Consumidor e Ibope Inteligência (2014) e Atkinson e Messy (2012), visto que a elaboração de questões distintas para estes itens é de difícil execução, sujeita à subjetividade. Entende-se que as duas categorias atendem bem os objetivos propostos na elaboração do trabalho e, portanto, são uma boa resposta à necessidade de classificação das perguntas.

Com o objetivo de limitar o número de questões no questionário, optou-se por realizar-se duas questões de cada tipo, para cada tema - ou seja, duas questões de comportamento e duas sobre consumo envolvendo o tema consumo. São totalizadas, assim, 32 questões - 4 questões para cada um dos oito temas. Com o objetivo de realizar uma diferenciação entre os níveis de educação financeira, optou-se pela separação das questões sobre conhecimento em dois níveis de dificuldade distintos - uma fácil e uma difícil para cada tema; desta forma é possível separar a população entre os níveis básico e avançado de conhecimento.

A elaboração das questões envolveram consultas às questões propostas em outros trabalhos (ver Revisão Teórica), adaptação à realidade brasileira e proposição de novas questões. O questionário foi aplicado em caráter piloto e corrigido após o recebimento dos comentários. As questões relativas a conhecimento possuem apenas uma alternativa correta - indicada abaixo como

'opção correta'. As questões relativas a comportamento foram classificadas em uma escala de 0 a 3 pontos - indicados abaixo ao lado de cada alternativa. As 32 questões possuem a redação apresentada no Anexo A.

Para realizar esta avaliação, os valores médios das respostas, normalizados para uma escala de 0 à 10, de cada tema ou tipo, foram avaliados de acordo com as características sociodemográficas dos respondentes. A formatação destes dados e a análise dos resultados ocorreu através da ferramenta Microsoft Excel.

Este questionário tem por finalidade ser apresentável via internet, e como interface de apresentação das questões foi escolhido o sistema Formulários Google - ver Michels (2015). Este sistema realiza a apresentação das questões através de formulários online e o armazenamento das respostas através de planilhas eletrônicas. A divulgação da pesquisa foi realizada por e-mail. Esta escolha foi realizada devido aos menores custos de divulgação e realização, além da dispensa da utilização de entrevistadores, que porventura poderiam influenciar os respondentes em suas respostas. O público da pesquisa consistiu de alunos e ex-alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente das faculdades de Engenharia Elétrica, Economia e Administração - a escolha deste critério foi motivada pelo interesse em analisar o comportamento financeiro de pessoas cuja formação tivesse sólida base matemática ou conhecimento sobre conceitos financeiros.

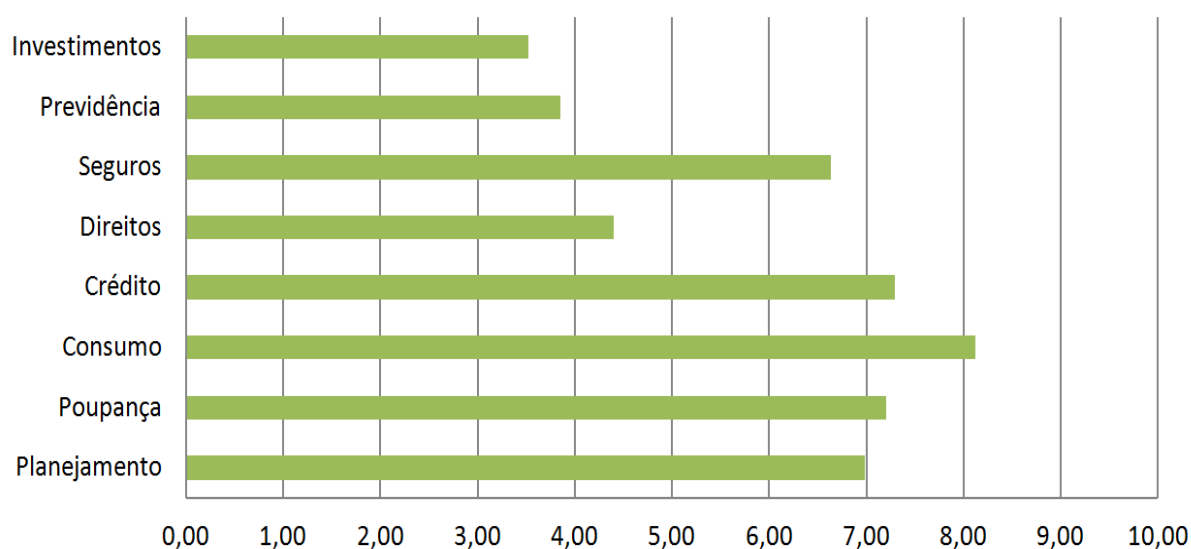
No próximo capítulo são apresentados os resultados e sua análise.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário foi encaminhado a 200 pessoas. Foram obtidas 85 respostas, representando uma taxa de respondentes de 42,5%. O índice geral de educação financeira, normalizado para a escala de 0 à 10 pontos, foi de 6,00 pontos. Sua decomposição nos subíndices de conhecimento e comportamento resultou em valores de 6,20 e 5,80 pontos, respectivamente - valores próximos ao índice geral. É apresentada a seguir a avaliação pormenorizada dos oito temas que compõe o estudo sobre educação financeira no Brasil, bem como a relação destes indicadores com as variáveis sociodemográficas.

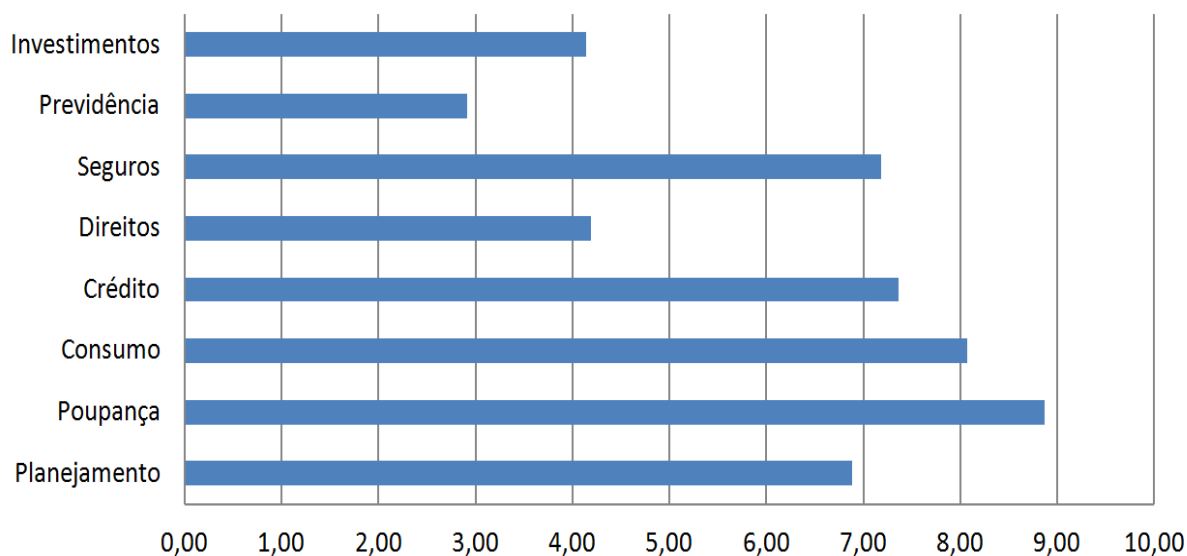
A Figura 1, a seguir, apresenta os valores dos indicadores gerais para cada tema - composição dos subíndices de conhecimento e comportamento. É possível observar clara superioridade das áreas de Consumo, Crédito, Poupança, Planejamento e Seguros, em detrimento das áreas de Investimentos, Previdência e Direitos.

Figura 1 - Índice Geral de Educação Financeira, por tema



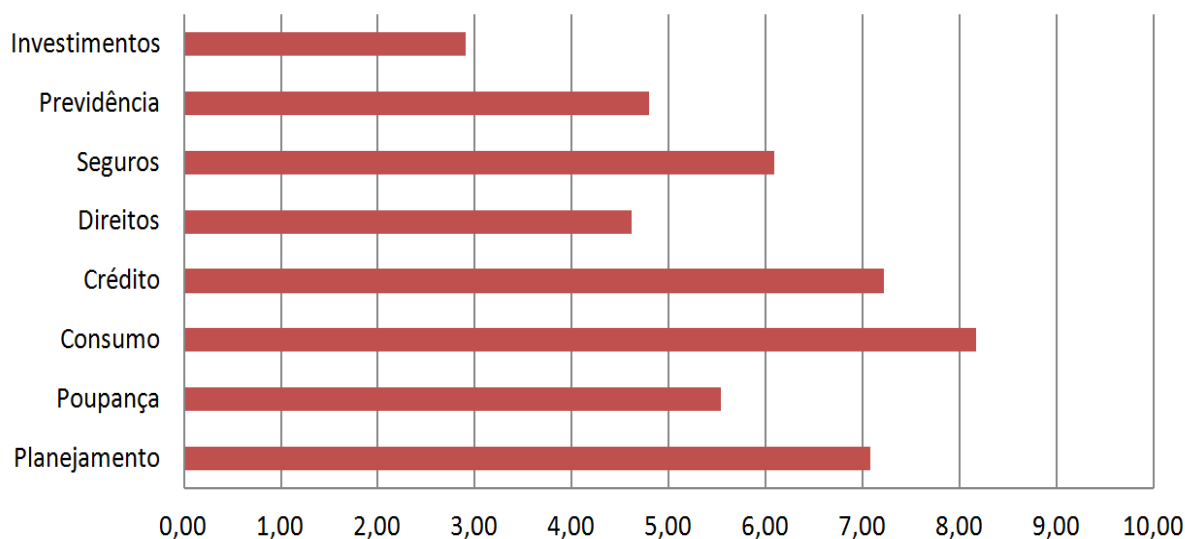
Estes valores podem, então, ser decompostos nos índices de conhecimento e comportamento. A Figura 2 apresenta os valores pormenorizados para os indicadores de conhecimento. Ainda que apresentem comportamento semelhante ao índice geral, onde constam as mesmas categorias de melhor resultado, é possível observar inversão entre os dois últimos temas - Investimentos e Previdência. Este indicador é especialmente relevante devido a interpretação direta de seu significado: ele mede o número de respostas corretas entre o total de cada categoria. Por exemplo, no tema Previdência, menos de 30% do total de respostas foram corretas - sendo que apenas 21% dos respondentes foram capazes de responder corretamente as duas questões de conhecimentos sobre o tema. Números menores podem ser encontrados nos temas Direitos e Investimentos - 18% e 16%, respectivamente.

Figura 2 - Índice de Conhecimentos de Educação Financeira



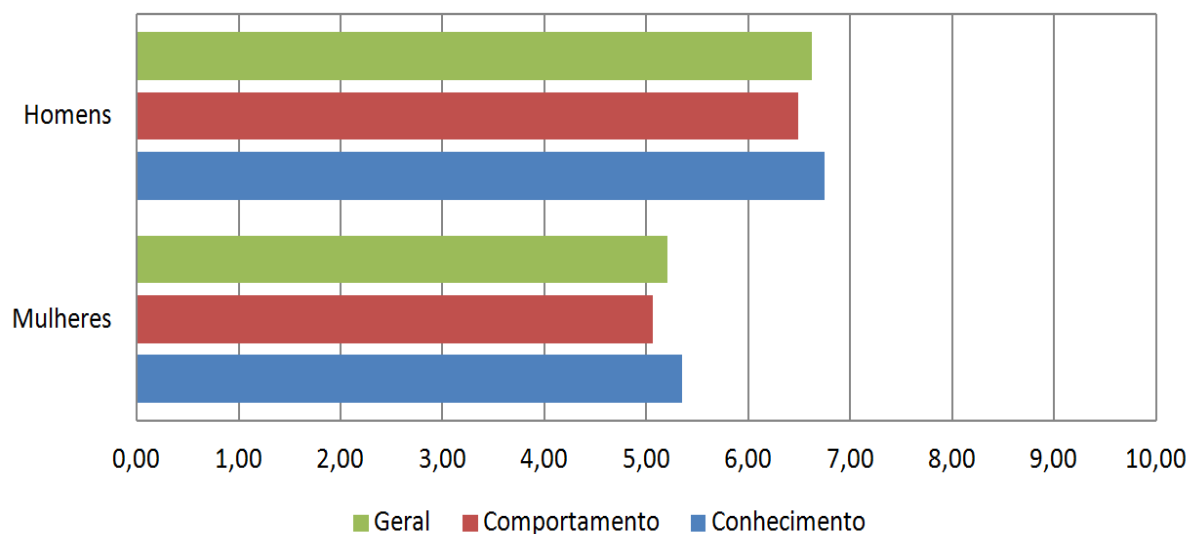
A Figura 3 apresenta, por sua vez, os valores pormenorizados para os indicadores de comportamento. Ainda que apresente a mesma divisão entre primeiros e últimos temas, sua distribuição é claramente distinta. Especial caso é o tema Poupança, que apesar de obter quase 90% das respostas corretas, apresenta um indicador de apenas 5,54 pontos - esta discrepância poderia estar associada a um custo de vida mensal próximo da renda dos respondentes, o que impediria o acúmulo de quantias significativas - em linha com o resultado encontrado para o indicador de comportamento de Previdência, onde 37,5% dos respondentes indicaram possuir reservas que lhes permitiriam manter o padrão de vida atual por seis meses ou mais. Ainda que tenha obtido valor abaixo do índice geral de comportamento, o tema Previdência apresentou resultado melhor que a sua contraparte em conhecimentos.

Figura 3 - Índice de Comportamento de Educação Financeira



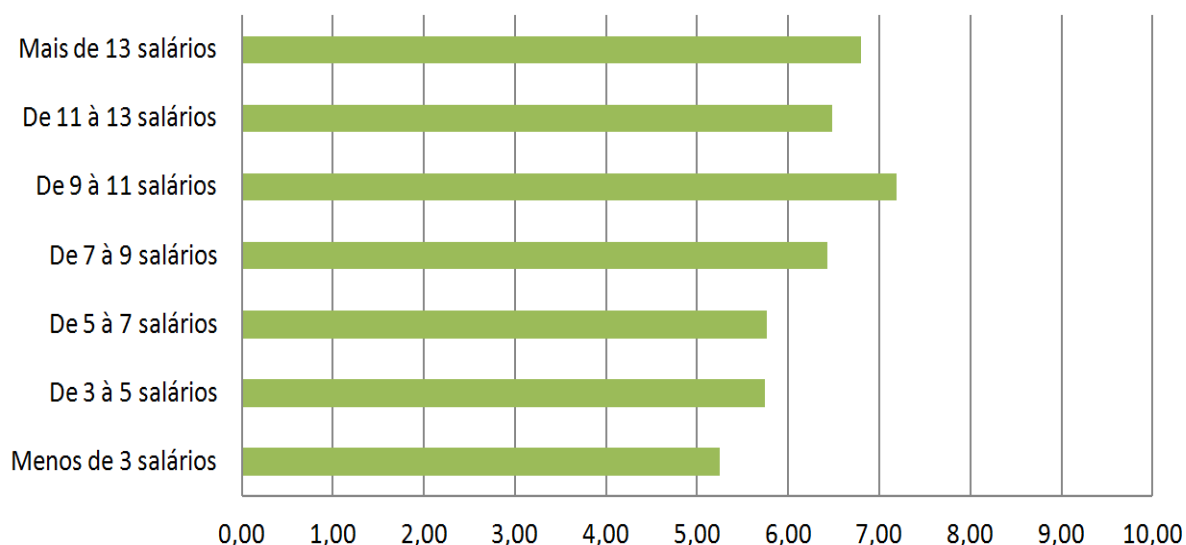
Citada em diversas referências, a diferença de nível de educação financeira também se mostrou presente neste estudo. A Figura 4 expõe as diferenças entre homens e mulheres para os indicadores gerais, de comportamento e conhecimentos. Os três indicadores do público feminino apresentam valores menores que aqueles apresentados pelo público masculino. Quando analisados os oito temas, observa-se maior diferença em Direitos, Investimentos e Previdência. Tratam-se dos três temas de pior desempenho já verificados nas figuras anteriores. As diferenças entre homens e mulheres, nestes três itens, é de aproximadamente 2,00 pontos - ou seja, ainda que tenham conhecimentos e hábitos de planejamento, poupança, consumo e tomada de crédito semelhante ao público masculino, o público feminino peca no acúmulo de patrimônio. Entre os respondentes, 37,5% são mulheres e 61,4% são homens.

Figura 4 - Indicadores de Educação Financeira: Homens x Mulheres



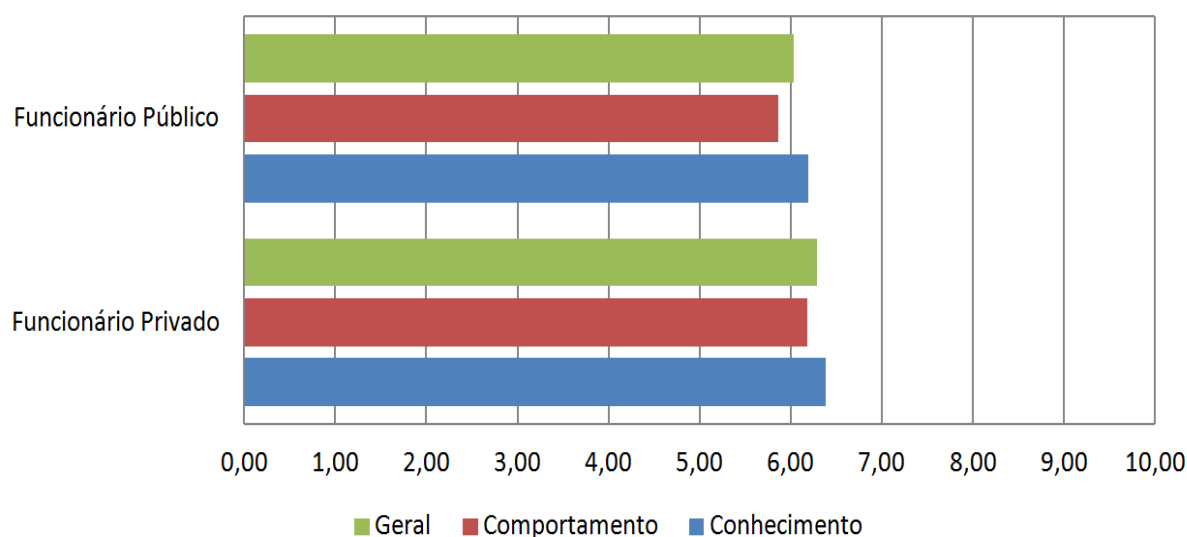
Outro item citado na literatura constatado neste estudo é a correlação positiva entre educação financeira e nível de renda - como pode ser observado na Figura 5 a seguir, observa-se melhora do índice geral de educação financeira à medida que aumenta o nível de renda. Exceção à regra é a faixa de 9 a 11 salários mínimos, com maior nível de educação financeira entre o público pesquisado - os respondentes desta categoria correspondem à 10,2% do total, número superior apenas à faixa de mais de 13 salários mínimos, que corresponde à 9,1% do total. O maior público da pesquisa concentra-se nas camadas inferiores de renda, de menos de 3 salários e de 3 a 5 salários, com 20,5% e 18,2% dos respondentes, respectivamente.

Figura 5 - Índice Geral de Educação Financeira, por faixa de renda



Quanto à ocupação, 84% dos respondentes são funcionários públicos ou funcionários privados. Devido à baixa representatividade das demais categorias - autônomo, estudante, aposentado e desempregado - elas foram eliminadas na apresentação dos dados. A Figura 6 abaixo mostra como é pequena a diferença do nível de educação financeira em relação à ocupação dos respondentes - menor que 0,3 pontos em todos os casos.

Figura 6 - Indicadores de Educação Financeira: Funcionários Públicos x Privados

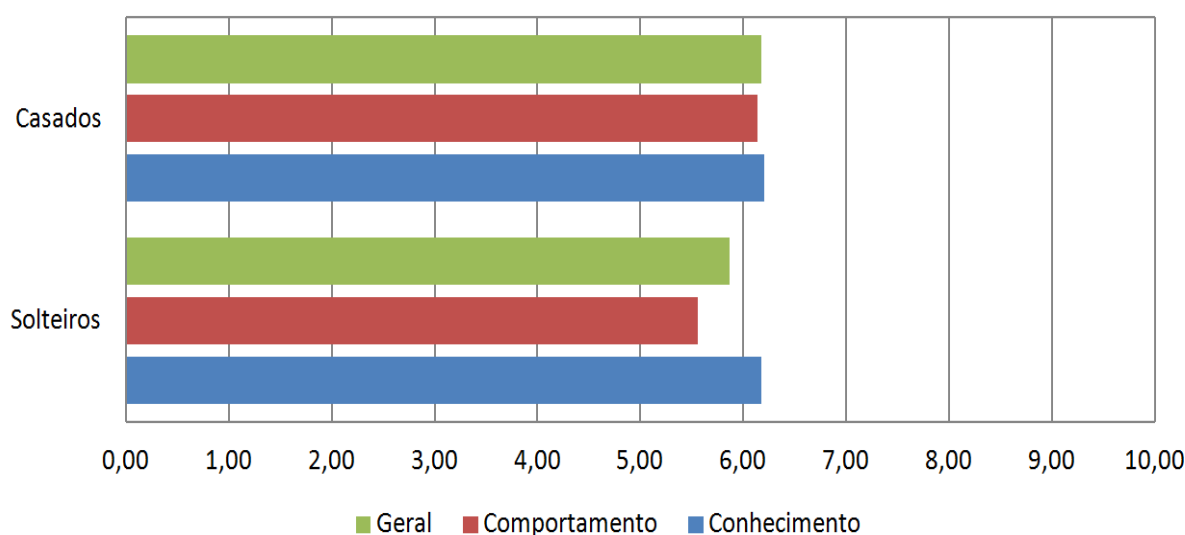


Contrariando a bibliografia, o nível de educação formal representou pequena alteração no nível de educação financeira dos respondentes; isto pode dever-se ao fato de que a sua totalidade possui nível de educação formal bastante próximo, pois

está cursando ou concluiu curso de ensino superior ou pós-graduação - respectivamente 56,5% e 43,5% do total da amostra. O índice geral de educação financeira do primeiro grupo apresentou valor de 5,98 pontos e do segundo grupo 6,15 pontos.

Quanto ao estado civil, os respondentes dividiram-se entre 39,8% solteiros e 59,1% casados. Os valores dos indicadores são apresentados na Figura 7. É relevante observar a proximidade dos indicadores de conhecimento e o menor valor apresentado para o indicador de comportamento do grupo dos solteiros. Aparentemente, as diferenças no estilo de vida dos dois grupos tem impacto no seu comportamento financeiro.

Figura 7 - Indicadores de Educação Financeira: Casados x Solteiros



Entre os respondentes, 23,9% informou possuir dependentes. O nível geral de educação financeira deste grupo em relação àquele que informou não possuir dependentes é ligeiramente inferior - 0,40 pontos. A maioria diferença entre ambos é apontada pelo indicador de conhecimentos, de 0,68 pontos.

Por fim, 31,8% dos respondentes informaram já terem realizado algum curso de educação financeira - palestras sobre orçamento doméstico, análise de cenários econômicos, cursos de investimentos, etc. Este grupo apresentou indicador de conhecimento 1,50 pontos superior ao grupo que não realizou tais cursos. Contudo, a diferença entre os indicadores de comportamento não foi tão significativa - de 0,72 pontos, ainda em favor do grupo que já participou de cursos na área.

A análise das respostas individuais permite constatações pontuais. Os conceitos de juros compostos, poder de compra e inflação, questionados nas duas questões do tema Poupança e na primeira questão do tema Consumo, respectivamente, obtiveram respostas corretas em 92%, 85,2% e 98,9% dos casos - o longo histórico brasileiro de inflação elevada parece ter deixado legado entre os respondentes. A questão sobre financiamento imobiliário, primeira do tema Crédito, obteve 89,8% de respostas certas - mostrando que os respondentes tem ciência de que em um financiamento de prazo mais curto incide em menor pagamento de juros.

Entre as questões de Direitos e Deveres, somente 33% dos respondentes mostraram conhecer o papel do Fundo Garantidor de Crédito. Mais importante, 50% dos respondentes admitidamente não souberem responder. Valores semelhantes foram apresentados nas questões sobre Previdência - onde 61,4% dos respondentes não souberem responder. Já no tema Investimentos, ainda que 68,2% dos respondentes tenha identificado acertadamente que ativos de maior retorno em geral tem maior risco; somente 19,3% identificou que uma elevação da taxa básica de juros (Selic) causa queda no preço dos títulos prefixados - mais grave, 28,4% dos respondentes apontaram incorretamente que esta elevação da taxa básica causa aumento no preço dos títulos.

Por fim, 34,1% dos respondentes apontaram ter 30% ou mais de sua renda líquida mensal comprometida com o pagamento de dívidas.

5 CONCLUSÕES / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou questionário capaz de avaliar o nível de educação financeira de uma dada população, com base na distinção de conhecimentos e comportamentos financeiros dos respondentes. O questionário foi dividido em oito temas - poupança, investimento, crédito, consumo, seguros, direitos e deveres, previdência e planejamento, em acordo com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (2015).

O questionário foi aplicado em caráter piloto a uma população de 200 pessoas, obtendo 85 respostas. Foram identificadas deficiências por parte da população sob estudo especialmente nos temas direitos e deveres, previdência e investimentos.

Em acordo com a literatura, os resultados apontam que as mulheres tem menor nível de educação financeira que os homens. Também em acordo com a literatura, os resultados apontam que quanto maior o nível de renda, maior o nível de educação financeira. Os resultados não apontam diferenças significativas no nível de educação financeira entre funcionários públicos e privados; entre respondentes com e sem dependentes; ou nível de educação formal dos respondentes. Contudo, ressalta-se que a limitada diversidade de respondentes neste perfil sociodemográfico impediu análise mais extensa.

Os resultados encontrados foram utilizados na construção de três indicadores: indicador de comportamento em educação financeira; indicador de conhecimentos em educação financeira e índice geral em educação financeira. As respostas foram classificadas e pontuadas de acordo com o comportamento esperado ou o conhecimento necessário para responder às questões propostas. Estas pontuações foram, então, contabilizadas e normalizadas para representar indicadores de escala de 0 a 10 pontos. O índice geral representa a média entre os dois indicadores, de conhecimento e comportamento.

Atendem-se assim os objetivos específicos deste trabalho, à saber: determinar as áreas de educação financeira de maior relevância ao público; propor forma de avaliar o nível em educação financeira em cada uma das áreas tema; e construir indicador capaz de medir o nível de educação financeira.

Como sugestão para trabalhos futuros, destacam-se:

- a necessidade de expansão da população amostrada, de tal maneira que o perfil sociodemográfico apresente maior diversidade, possivelmente indicando necessidade de promoção de cursos e educação em outras áreas tema, bem como a aplicação de maior rigor matemático, de tal forma a confirmar que os resultados encontrados são estatisticamente relevantes;
- a inclusão, entre as características sociodemográficas, da idade dos respondentes, visto que a literatura aponta correlação positiva entre este item e o nível de educação financeira;
- expansão das questões de cada área, de forma que apresentem maior diversidade de assuntos dentro do mesma tema, eliminando assim a

dependência de conhecimentos muito específicos por parte dos respondentes, bem como do erro de avaliação, por parte dos pesquisadores, do nível de dificuldade de cada questão;

- o exercício de questionamento com diferentes versões da mesma pergunta, uma vez que é apontado na literatura que as respostas podem ser influenciadas pela redação da questão.

6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AEF BRASIL. Ferramentas Úteis - Previdência. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/ferramenta-previdencia.html>>. Acesso em: 15 Março 2015.

AEF-BRASIL. **Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira - Relatório Analítico**. Associação de Educação Financeira do Brasil. Brasília, p. 5. 2014.

AEF-BRASIL. **Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira - Relatório Estatístico**. Associação de Educação Financeira do Brasil. Brasília, p. 36. 2014.

AEF-BRASIL. Ferramentas Úteis. **Vida e Dinheiro**, 2015. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/ferramentas-uteis.html>>. Acesso em: 30 Março 2015.

AGÊNCIA O GLOBO. Economia. **Jornal do Comércio**, 2015. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=189695>>. Acesso em: 15 Março 2015.

AGRODEBATE. Agrodebate. **G1**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2015/02/entidade-de-ms-oferece-curso-sobre-o-controle-do-orcamento-domestico.html>>. Acesso em: 15 Março 2015.

ATKINSON, A.; MESSY, F.-A. Measuring Financial Literacy - Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, nº 15, 2012. 73.

BCB. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Banco Central do Brasil. Brasília, p. 168. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 22 Dezembro 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 30 Março 2015.

BUMCROT, C.; LIN, J.; LUSARDI, A. **The Geography of Financial Literacy**. Financial Literacy Center - Social Security Administration. [S.I.], p. 17. 2011.

CHEN, H.; VOLPE, R. An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. **Financial Services Review**, Julho 1998. 107-128.

CNC. **Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Rio de Janeiro, p. 19. 2013.

CNC. **Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Rio de Janeiro, p. 19. 2014.

COALITION, J. National Standard in K-12 Personal Financial Education. **Jump\$tart**, 2007. Disponível em: <<http://www.jumpstart.org/guide.html>>. Acesso em: 15 Março 2015.

DANA, S. Revista Você S/A. **Exame.com**, 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/noticias/quais-servicos-domesticos-podem-ser-revistas-para-economizar>>. Acesso em: 15 Março 2015.

DEFINIT; OJK; SEADI. **Developing Indonesian Financial Literacy Index**. DEFINIT. [S.l.], p. 43. 2013.

DM. Cidades. **Diário da Manhã**, 2015. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/cidades/2015/03/direito-dos-consumidores.html>>. Acesso em: 30 Março 2015.

FOLHA VITÓRIA. Economia. **Folha Vitória**, 2015. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/2015/03/procon-es-orienta-sobre-a-compra-de-ovos-de-pascoa.html>>. Acesso em: 30 Março 2015.

G1 SÃO PAULO. São Paulo - Notícia. **G1**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/grupo-protesta-na-avenida-paulista-contr-a-cri-se-hidrica.html>>. Acesso em: 30 Março 2015.

GOEL, I.; KHANNA, S. R. Financial Education as Tool to Achieve Financial Literacy. **Eastern Academic Forum**, Delhi, 2013. 3380345.

GUPTA, K.; NEGI, V. Financial Literacy of Himachal Pradesh "A Case Study of Shimla". **IMPACT: International Journal of Research in Business Management**, Wakanaghat, Setembro 2014. 1-14.

GURUPI TO. Notícias. **Surgiu**, 2015. Disponível em: <<http://surgiu.com.br/noticia/192819/procon-quer-levar-educacao-sobre-consumo-consciente-a-escolas-de-gurupi.html>>. Acesso em: 30 Março 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 272. 2012.

JORNAL DE HOJE. Jornal de Hoje - Economia. **Jornal de Hoje**, 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2015/03/10/noticiasjornaleconomia,3404462/levy-defende-poupanca-individual-para-sustentar-a-previdencia.shtml>>. Acesso em: 15 Março 2015.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, Março 2014.

MANDELL, L. **Financial Literacy: If It's So Important, Why Isn't It Improving?** Indiana State University, Networks Financial Institute. Terre Haute, p. 11. 2006.

MICHELS, Á. M. Medindo Educação Financeira. **Formulários Google**, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/forms/zCzKKdqf8h>>. Acesso em: 30 Março 2015.

NAYEBZADEH, S.; TAFT, M. K.; SADRABADI, M. M. M. The Study of University Professors Financial Literacy. **International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences**, Yazd, Julho 2013. 111-117.

NOCTOR, M.; STONEY, S.; STRADLING, R. **Financial Literacy: A Discussion of Concepts and Competencies of Financial Literacy and Opportunities for its Introduction into Young People's Learning**. National Westminster Bank - National Foundation for Education Research. Londres. 1992.

O DIA. Economia. **O Dia**, 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-03-14/expectativa-de-vida-maior-e-aposentadoria-menor-exigem-previdencia-complementar.html>>. Acesso em: 15 Março 2015.

O DIA. O Dia - Economia. **O Dia**, 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-03-08/com-alta-da-inflacao-e-necessario-planejar-orcamento-e-quitar-as-dividas.html>>. Acesso em: 15 Março 2015.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Organisation for Economic Co-operation and Development. Paris, p. 7. 2005.

OECD. **High-Level Principles on National Strategies for Financial Education**. Organisation for Economic Co-operation and Development. Paris, p. 20. 2012.

OECD. **Advancing National Strategies for Financial Education**. Organisation for Economic Co-operation and Development. São Petesburgo, p. 36. 2013.

OECD INFE. **Questionnaire and Guidance Notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial Literacy**. Organisation for Economic Co-operation and Development - International Network on Financial Education. Paris, p. 31. 2011.

OECD INFE. **Supplementary Questions: Optional Survey Questions for the OECD INFE Financial Literacy Core Questionnaire**. Organisation for Economic Co-operation and Development - International Network on Financial Education. Paris, p. 42. 2012.

OECD PISA. **PISA 2012 Financial Literacy Assessment Framework**. Organisation for Economic Co-operation and Development - Programme for International Student Assessment. Paris, p. 39. 2012.

PASTORE, A. C. Câncio Real e Crescimento Econômico. **Estadão**, 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cambio-real-e-crescimento-economico,517152>>. Acesso em: 15 Março 2015.

RAMASAWMY, D. et al. A Study of the Level of Awareness of Financial Literacy among Management Undergraduates. **Asia-Pacific Business Research Conference**, Kuala Lumpur, Fevereiro 2013. 13.

RONDONIA DIRETA. Rondoniadireta.com. **Rondoniadireta.com**, 2015. Disponível em: <<http://www.rondoniadireta.com/13172/app-de-orcamento-domestico-supera-bancos-em-lojas-de-google-e-apple#.VRcOBfnF8mN>>. Acesso em: 30 Março 2015.

ROOJI, M. V.; ALESSIE, R.; LUSARDI, A. **Financial Literacy and Stock Market Participation**. National Bureau of Economic Research. Cambridge, p. 48. 2007.

SERASA CONSUMIDOR, IBOPE INTELIGÊNCIA. **Indicador de Educação Financeira - IndEF 2014**. Serasa Experian. São Paulo, p. 16. 2014.

SERASA EXPERIAN. Educação Financeira - Testes. **Serasa Consumidor**, 2015. Disponível em: <<http://www.serasaconsumidor.com.br/testes/>>. Acesso em: 30 Março 2015.

THE MONEY ADVICE SERVICES. **The Financial Capability of the UK**. The Money Advice Service. Londres, p. 62. 2013.

VITT, L. et al. **Personal Finance and the Rush to Competence: Financial Literacy Education in the U.S.** Institute for Socio-Financial Studies (ISFS). Middleburg, p. 234. 2000.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1. Planejamento / Conhecimento - O que é um fundo de emergência?

- a) Serviço bancário que tem por objetivo auxiliar o consumidor em momentos de emergência;
- b) auxílio prestado pelo Governo para situações de calamidade pública em municípios;
- c) auxílio prestado pelo Governo para situações onde o trabalhador fica desempregado ou incapacitado de comparecer ao trabalho;
- d) nome dado por especialistas à quantia de dinheiro poupada pelo trabalhador e que tem por objetivo auxiliá-lo em emergências e eventualidades - *opção correta*;
- e) não sei responder.

2. Planejamento / Conhecimento - O segredo de um bom planejamento é:

- a) Anotar todas as despesas;
- b) fazer uma boa estimativa de quanto se pretende ganhar no futuro;

- c) se ater à programação de gastos;
- d) prever gastar menos do que se ganha - *opção correta*;
- e) não sei responder.

3. Planejamento / Comportamento - Alguma vez já lhe ocorreu de não saber onde gastou determinada quantia de dinheiro?

- a) Sim, frequentemente não sei onde gastei o meu dinheiro - *1 pontos*;
- b) sim, mas apenas ocasionalmente e para valores pequenos - *2 pontos*;
- c) não, sempre sei onde gastei o meu dinheiro - *3 pontos*;
- d) nunca me preocupei com o assunto - *0 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

4. Planejamento / Comportamento - Quando você está sem dinheiro ou com o orçamento previsto já gasto, e surge uma oportunidade de viagem ou compra de um bem que você estava querendo há bastante tempo, você:

- a) Faz o gasto, utilizando seu fundo de emergência - *1 pontos*;
- b) faz o gasto, geralmente se comprometendo com algum tipo de dívida (cartão de crédito ou empréstimo pessoal) - *0 pontos*;
- c) faz o gasto, mas procura gastar menos no próximo mês - *2 pontos*;
- d) não faz o gasto, respeitando o seu planejamento - *3 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

5. Poupança / Conhecimento - Imagine que você tem R\$ 1.000,00 na Poupança. Sabendo que a remuneração é de 6% ao ano, quanto você terá de dinheiro após 3 anos, se deixar o dinheiro investido?

- a) Mais que R\$ 1.060,00 - *opção correta*;
- b) exatamente R\$ 1.060,00;
- c) menos que R\$ 1.060,00;
- d) depende de outros fatores;
- e) não sei responder.

6. Poupança / Conhecimento - Suponha que a remuneração da Poupança é de 6% ao ano e que a inflação é de 9% ao ano. Após 1 ano, quanto é possível comprar com o dinheiro que ficou investido na Poupança?

- a) Mais do que há um ano atrás;

- b) exatamente a mesma quantia que há um ano atrás;
- c) menos do que há um ano atrás - *opção correta*;
- d) depende de outros fatores;
- e) não sei responder.

7. Poupança / Comportamento - Na sua opinião, qual é o melhor momento para poupar dinheiro?

- a) No início do mês, quando ainda tenho todo o dinheiro que recebo - *2 pontos*;
- b) no fim do mês, guardando aquilo que sobrar dos gastos do mês - *1 pontos*;
- c) diariamente guardo um pouco - *3 pontos*;
- d) nunca consigo poupar, gasto tudo aquilo que ganho - *0 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

8. Poupança / Comportamento - Quanto você poupa todo mês, em relação à sua renda líquida? (renda líquida é o valor descontado os impostos e previdência obrigatória)

- a) Não poupo nada - *0 pontos*;
- b) menos de 10% - *1 pontos*;
- c) de 10% à 30% - *2 pontos*;
- d) acima de 30% - *3 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

9. Consumo / Conhecimento - Em um país onde a inflação é alta, os preços:

- a) geralmente sobem - *opção correta*;
- b) permanecem constantes;
- c) geralmente caem;
- d) não há relação entre inflação e preços;
- e) não sei responder.

10. Consumo / Conhecimento - Em relação ao cartão de crédito, aponte a alternativa incorreta:

- a) Deve ser tratado como um meio de pagamento e não um veículo para a tomada de empréstimo;

- b) recomenda-se que seja pago integralmente, evitando-se a rolagem de dívidas;
- c) é uma das formas mais caras de se obter um empréstimo bancário;
- d) o limite do cartão de crédito é um valor concedido pelas instituições financeiras para compras, sem que haja necessidade de compensação futura - *opção correta*;
- e) não sei responder.

11. Consumo / Comportamento - A cada mês, comparando o quanto você recebe e o quanto você gasta, você conclui que:

- a) Geralmente gasto mais do que ganho - *1 ponto*;
- b) geralmente gasto exatamente aquilo que ganho - *2 pontos*;
- c) geralmente gasto menos do que ganho - *3 pontos*;
- d) nunca fiz esta comparação - *0 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

12. Consumo / Comportamento - Qual é a sua opção preferida para pagamento?

- a) À vista, sempre - *2 pontos*;
- b) parcelado, sempre - *1 pontos*;
- c) faço as contas e vejo o que é mais vantajoso no momento - *3 pontos*;
- d) no cheque ou cartão de crédito, já que geralmente estou sem dinheiro - *0 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

13. Crédito / Conhecimento - Comparando o financiamento de um mesmo imóvel em prazos distintos, 15 e 30 anos, podemos afirmar que:

- a) Os valores das parcelas são iguais em ambos os casos;
- b) o valor da parcela do primeiro é maior que o valor da parcela do segundo - *opção correta*;
- c) o total pago à título de juros no final do financiamento é maior no primeiro caso;
- d) os totais pagos à título de juros, no final do financiamento, são iguais em ambos os casos;
- e) não sei responder.

14. Crédito / Conhecimento - Qual é a relação entre a taxa de juros cobrada por um banco comercial ao realizar um empréstimo e a taxa básica de juros (Selic)?

- a) A taxa cobrada pelo banco é maior que a taxa básica - *opção correta*;
- b) a taxa cobrada pelo banco é exatamente igual à taxa básica;
- c) a taxa cobrada pelo banco é menor que a taxa básica;
- d) depende da política de cada banco;
- e) não sei responder.

15. Crédito / Comportamento - Nos últimos 2 anos, você tomou dinheiro emprestado? (marque apenas o de menor valor)

- a) Sim, empréstimo pessoal - *1 pontos*;
- b) sim, para compra de veículo ou imóvel - *2 pontos*;
- c) tentei, porém o banco não liberou o empréstimo - *0 pontos*;
- d) não, não tomei dinheiro emprestado - *3 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

16. Crédito / Comportamento - Considerando o total da sua renda mensal líquida, você saberia dizer, aproximadamente, qual o percentual dela está comprometido com dívidas mensais? (pagamento de prestações de financiamentos, empréstimo pessoal, carnês de lojas, rolagem de cartões de crédito, etc.)

- a) Não sei dizer - *0 pontos*;
- b) menos de 10% - *3 pontos*;
- c) de 10% à 30% - *2 pontos*;
- d) acima de 30% - *1 ponto*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

17. Direitos e Deveres / Conhecimento - O Fundo Garantidor de Crédito garante o total de créditos de uma pessoa física:

- a) Até o valor de R\$ 250.000,00, por instituição financeira, para qualquer ativo financeiro;
- b) até o valor de R\$ 250.000,00, por pessoa, para apenas alguns ativos financeiros;
- c) até o valor de R\$ 250.000,00, por pessoa e por instituição financeira, para alguns ativos financeiros - *opção correta*;

- d) até o valor de R\$ 250.000,00, por pessoa, para qualquer ativo financeiro;
- e) não sei responder.

18. Direitos e Deveres / Conhecimento - Aponte a alternativa incorreta em relação aos direitos e deveres dos consumidores:

- a) A portabilidade permite que sejam transferidos os produtos e serviços financeiros para uma instituição diferente daquela que originalmente foi contratada, inclusive empréstimos e planos de previdência;
- b) os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC) das instituições financeiras devem cancelar quaisquer produtos e serviços quando solicitado pelos consumidores;
- c) ao contratar um produto ou serviço financeiro, o consumidor é responsável pela veracidade e atualização das informações que fornece e pelo bom uso do que contratou;
- d) os serviços financeiros não estão sujeitos à aplicação do Código de Defesa do Consumidor - *opção correta*;
- e) não sei responder.

19. Direitos e Deveres / Comportamento - Com o meu 13º salário, normalmente eu:

- a) Pago parte das dívidas e faço compras não planejadas - *0 pontos*;
- b) poupo parte do valor e compro algo que está previsto no orçamento - *1 ponto*;
- c) poupo todo o valor e coloco na poupança - *2 pontos*;
- d) faço investimentos ou coloco na previdência complementar - *3 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

20. Direitos e Deveres / Comportamento - Com que frequência você conversa com especialistas em finanças, ou familiares, ou amigos ou procura se informar na internet sobre finanças?

- a) Pelo menos uma vez por semana - *3 pontos*;
- b) pelo menos uma vez por mês - *2 pontos*;
- c) uma vez por ano, geralmente na época do imposto de renda - *1 ponto*;
- d) nunca converso ou pesquiso sobre o assunto - *0 pontos*;

e) prefiro não responder - *0 pontos*.

21. Seguros / Conhecimento - Marque a alternativa incorreta sobre os termos utilizados em contratos de seguros.

- a) Apólice é o contrato estabelecido entre seguradora e segurado, que contém os detalhes da cobertura;
- b) prêmio é a quantia recebida pelo segurado em caso de sinistro - *opção correta*;
- c) franquia é a quantia paga pelo segurado em caso de sinistro;
- d) indenização é o valor pago pela seguradora ao segurado caso ocorra sinistro;
- e) não sei responder.

22. Seguros / Conhecimento - A razão principal de realizar um seguro é:

- a) Proteger o segurado contra um perda recente;
- b) proteger o segurado contra uma perda futura - *opção correta*;
- c) realizar um investimento rentável;
- d) obter desconto na declaração anual de imposto de renda;
- e) não sei responder.

23. Seguros / Comportamento - Você tem seguro de carro?

- a) Não, pois não tenho carro - *0 pontos*;
- b) não, pois acho desnecessário ou não consegui pagar - *1 ponto*;
- c) sim, porém apenas os serviços básicos - *2 pontos*;
- d) sim, completo (proteção de vidros, faróis, etc.) - *3 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

24. Seguros / Comportamento - Ao contratar um seguro, você escolhe a companhia:

- a) Com base no depoimento de pessoas próximas - *2 pontos*;
- b) com base na minha própria experiência - *1 ponto*;
- c) com base em pesquisas na internet - *3 pontos*;
- d) não utilizo seguros - *0 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

25. Previdência / Conhecimento - Aponte a alternativa correta em relação às modalidades VGBL e PGBL de previdência complementar:

- a) O VGBL permite abater até 12% da base de cálculo da declaração completa do imposto de renda;
- b) apenas o valor referente ao rendimento dos planos PGBL está sujeito à incidência de imposto de renda no momento do resgate;
- c) o PGBL permite abater até 12% da base de cálculo da declaração completa do imposto de renda - *opção correta*;
- d) todo o valor depositado no plano VGBL está sujeito à incidência de imposto de renda no momento do resgate;
- e) não sei responder.

26. Previdência / Conhecimento - Aponte a alternativa correta em relação às modalidades VGBL e PGBL de previdência complementar:

- a) taxa de carregamento é o custo pago quando é realizada a portabilidade do plano de previdência complementar;
- b) quanto maiores as taxas de carregamento e administração, melhor para o cliente dos planos de previdência complementar;
- c) taxa de administração é a remuneração paga pela prestação de serviços de gestão e administração do plano - *opção correta*;
- d) planos VGBL não possuem taxas de administração;
- e) não sei responder.

27. Previdência / Comportamento - Se você ficasse desempregado imediatamente, por quanto tempo conseguiria manter o seu padrão de vida atual sem tomar um empréstimo?

- a) Menos de 1 semana - *0 pontos*;
- b) de 1 semana a 1 mês - *1 ponto*;
- c) de 1 a 6 meses - *2 pontos*;
- d) 6 meses ou mais - *3 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

28. Previdência / Comportamento - Comecei a poupar dinheiro para minha aposentadoria:

- a) com menos de 20 anos - *1 ponto*;
- b) mais de 20 e menos de 30 anos - *2 pontos*;
- c) mais de 30 e menos de 40 anos - *3 pontos*;
- d) ainda não comecei a poupar para minha aposentadoria - *0 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

29. Investimentos / Conhecimento - Quando o Governo anuncia uma elevação da taxa básica de juros (Selic), o que acontece com o preço dos títulos públicos prefixados?

- a) Os preços destes títulos sobem;
- b) os preços destes títulos permanecem inalterados;
- c) os preços destes títulos caem - *opção correta*;
- d) não há relação entre o preço dos títulos e a taxa básica de juros;
- e) não sei responder.

30. Investimentos / Conhecimento - Qual é a relação entre retorno e risco entre os ativos financeiros?

- a) É provável que um ativo de maior retorno tenha maior risco - *opção correta*;
- b) é provável que um ativo de menor retorno tenha maior risco;
- c) depende do tipo de ativo e do nível de especulação;
- d) não há relação entre retorno e risco de ativos financeiros;
- e) não sei responder.

31. Investimentos / Comportamento - Entre os instrumentos de investimento abaixo, quais você conhece e saberia explicar com tranquilidade, caso necessário? Poupança, CDB, LC, LCI, LCA, Fundo de Renda Fixa, Fundo Multimercado, Fundo de Ações, Fundo de Investimento Imobiliário, Ações, Futuro, Moeda Estrangeira.

- a) 3 ou menos - *0 pontos*;
- b) 5 ou menos - *1 ponto*;
- c) 7 ou menos - *2 pontos*;
- d) 8 ou mais - *3 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

32. Investimentos / Comportamento - Você se considera um investidor:

- a) Bastante conservador - *0 pontos*;
- b) conservador - *1 ponto*;
- c) moderado - *2 pontos*;
- d) agressivo - *3 pontos*;
- e) prefiro não responder - *0 pontos*.

33. Qual é o seu sexo?

- a) Feminino;
- b) masculino.

34. Você está empregado?

- a) Sim, sou funcionário privado;
- b) sim, sou funcionário público;
- c) não, sou autônomo;
- d) não, sou estudante;
- e) não, sou aposentado;
- f) não, estou desempregado.

35. Qual é o seu nível de renda? (favor marcar em múltiplos do salário mínimo nacional - R\$ 788,00)

- a) Menos de 3 salários;
- b) de 3 à 5 salários;
- c) de 5 à 7 salários;
- d) de 7 à 9 salários;
- e) de 9 à 11 salários;
- f) de 11 à 13 salários;
- g) mais de 13 salários.

36. Qual é o seu grau de escolaridade? (marque o maior grau, completo ou não)

- a) Fundamental;
- b) médio;
- c) superior;
- d) pós-graduação.

37. Qual é o seu estado civil?

- a) Solteiro;
- b) casado (ou união estável).

38. Você tem filhos ou dependentes?

- a) Sim;
- b) não.

39. Você já fez algum curso de Educação Financeira?

- a) Sim;
- b) não.